

# BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: INTERFACES COM A DIVERSIDADE E A DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO

Ines Barbosa de Oliveira (UNESA/UERJ)  
inesbo2108@gmail.com

# POLÍTICAS DE CURRÍCULO NO BRASIL DO GOLPE

- A BNCC e o campo do Currículo
  - Políticas de unificação curricular, concepções curriculares, conteúdos de ensino e cotidiano escolar. O “novo” PNLD.
- Principais aspectos da Reforma do Ensino Médio
  - Reduccionismo, elitismo + dualismo e exclusão.
  - O fim da formação cidadã.
  - Financiamento público da educação privada.
- Qual o partido do Projeto Escola sem Partido?
  - Do discurso da neutralidade ao conservadorismo.
  - Do discurso sobre ideologias ao combate à autonomia docente.

# REFLEXÕES NECESSÁRIAS SOBRE O DISCURSO DA BNCC

- A BNCC como atendimento à legislação
  - A constituição, a LDB e as incongruências na BNCC. O PNE: metas e estratégias.
- A BNCC como melhoria do ensino
  - as experiências internacionais e seus problemas, as unificações e suas inadequações, a excelência e a exclusão na produção de índices.
- A BNCC, as escolas e os professorxs.
- A BNCC e o campo do Currículo
  - Concepções curriculares, conteúdos e ensino e cotidiano escolar.

# COMO A BNCC FERRE A LDB

- Não respeita o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, assumindo uma, e somente uma em sua formulação.
- Sendo conteudista e disciplinarista, fere o princípio da valorização da experiência extra-escolar e a formação para o exercício da cidadania.
- O controle externo da gestão e do fazer docente, por meio de avaliações externas aliadas à responsabilização local pelos resultados, fere o princípio da gestão democrática, a formulação participativa do Projeto Pedagógico e o princípio da valorização docente.

# OS PROFESSORES E A BASE: CUIDADO COM O QUE DESEJA, PORQUE PODE LHE SER CONCEDIDO"

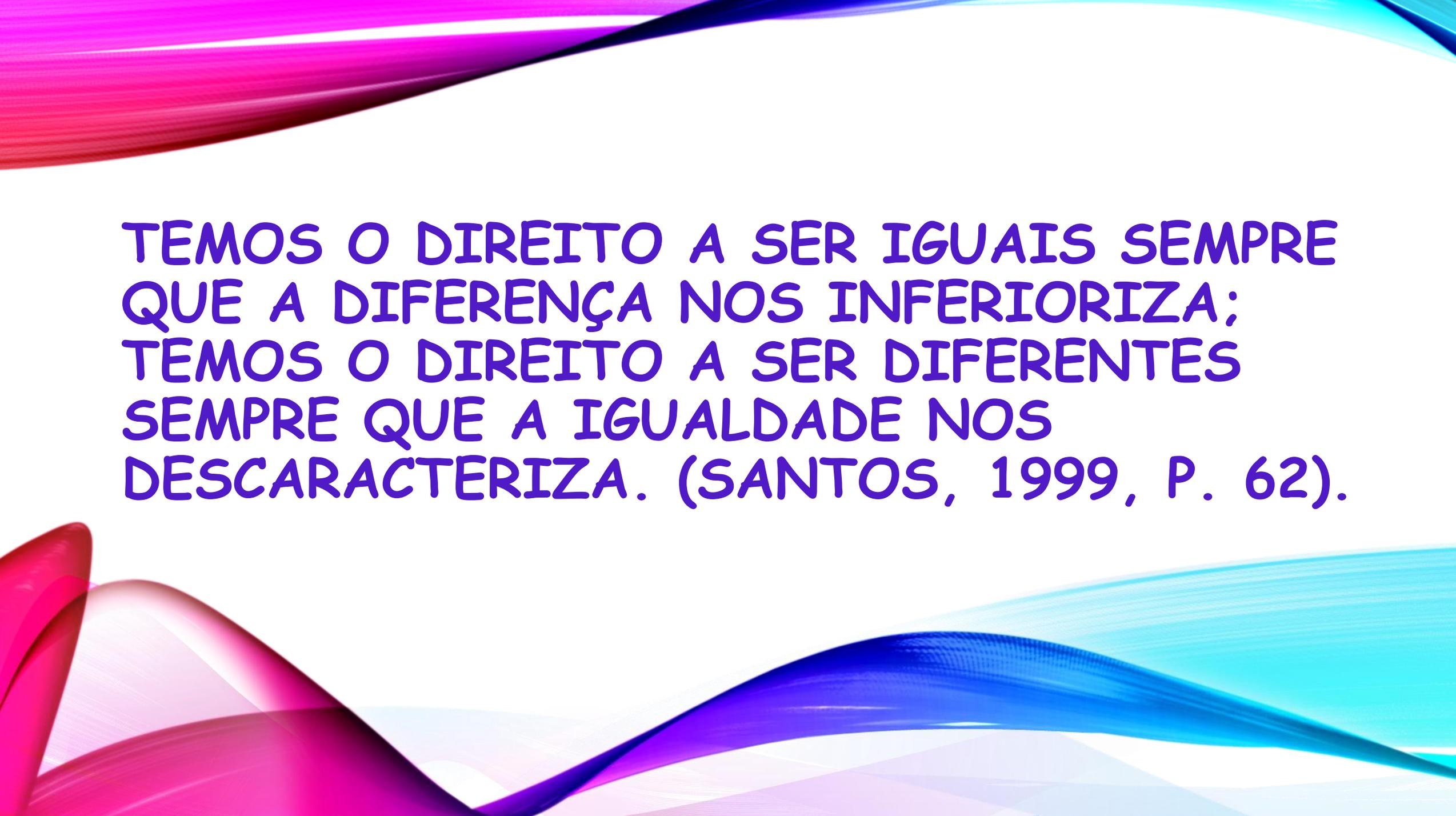
- Por que os professores desejariam a base? Discursos oficiais e realidade cotidiana: um diálogo impossível.
  - A separação pensar x fazer e a desqualificação sistemática da criação cotidiana criando a ilusão do não saber fazer ou pensar.
  - A responsabilização pelos resultados: políticas de bonificação + abandono = permanência do "fracasso" e legitimação dos discursos desqualificantes.
  - A desqualificação dos saberes e fazeres da docência e a questão salarial: os protocolos rígidos como ilusão de "saber o que fazer".

## SOBRE A META 7 DO PNE: "AVALIACIONISMO", FORMALISMO E MERITOCRACIA DOCENTE

- Considera apenas a melhoria do IDEB como indicador de melhoria do ensino.
- A estratégia 7.1 reduz diretrizes curriculares a uma base comum, baseada em objetivos de aprendizagem.
- A estratégia 7.36 propõe políticas de "estímulo" às escolas que melhorarem o Ideb. Fala em valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar, desconsiderando as especificidades das realidades em que atuam.
- Valorizam financeiramente e desqualificam pelo controle e avaliações externas numa perspectiva meritocrática que tende a ampliar as desigualdades.

# A QUESTÃO DAS DESIGUALDADES E DA EQUALIZAÇÃO E A BNCC

- Pontos de partida diferentes para destinos iguais exigem trajetórias diferentes.
- A Base unificada e o apagamento da diversidade nacional:
  - Cultural: da pluralidade real ao eurocentrismo na produção ativa da invisibilidade.
  - Social: tratar igualmente os desiguais é perpetuar a desigualdade. A falácia da "igualdade de oportunidades" na produção ativa da exclusão
  - Individual: a multiplicidade de sujeitos exige pensar a igualdade contra a discriminação e a diferença contra a descaracterização.



TEMOS O DIREITO A SER IGUAIS SEMPRE  
QUE A DIFERENÇA NOS INFERIORIZA;  
TEMOS O DIREITO A SER DIFERENTES  
SEMPRE QUE A IGUALDADE NOS  
DESCARACTERIZA. (SANTOS, 1999, P. 62).

# QUE POLÍTICA DE CURRÍCULO É ESSA?

- Política de currículo voltada para uma formação acrítica: repetição e enquadramento como metas.
- Política contrária à formação cidadã.
- Política de produção e legitimação da exclusão e das desigualdades sociais: eternização e essencialização da pobreza e da discriminação.
- Política privatista e privatizante.
- Política de supressão da autonomia institucional, docente e discente.

# A QUESTÃO DOS CONTEÚDOS ESCOLARES

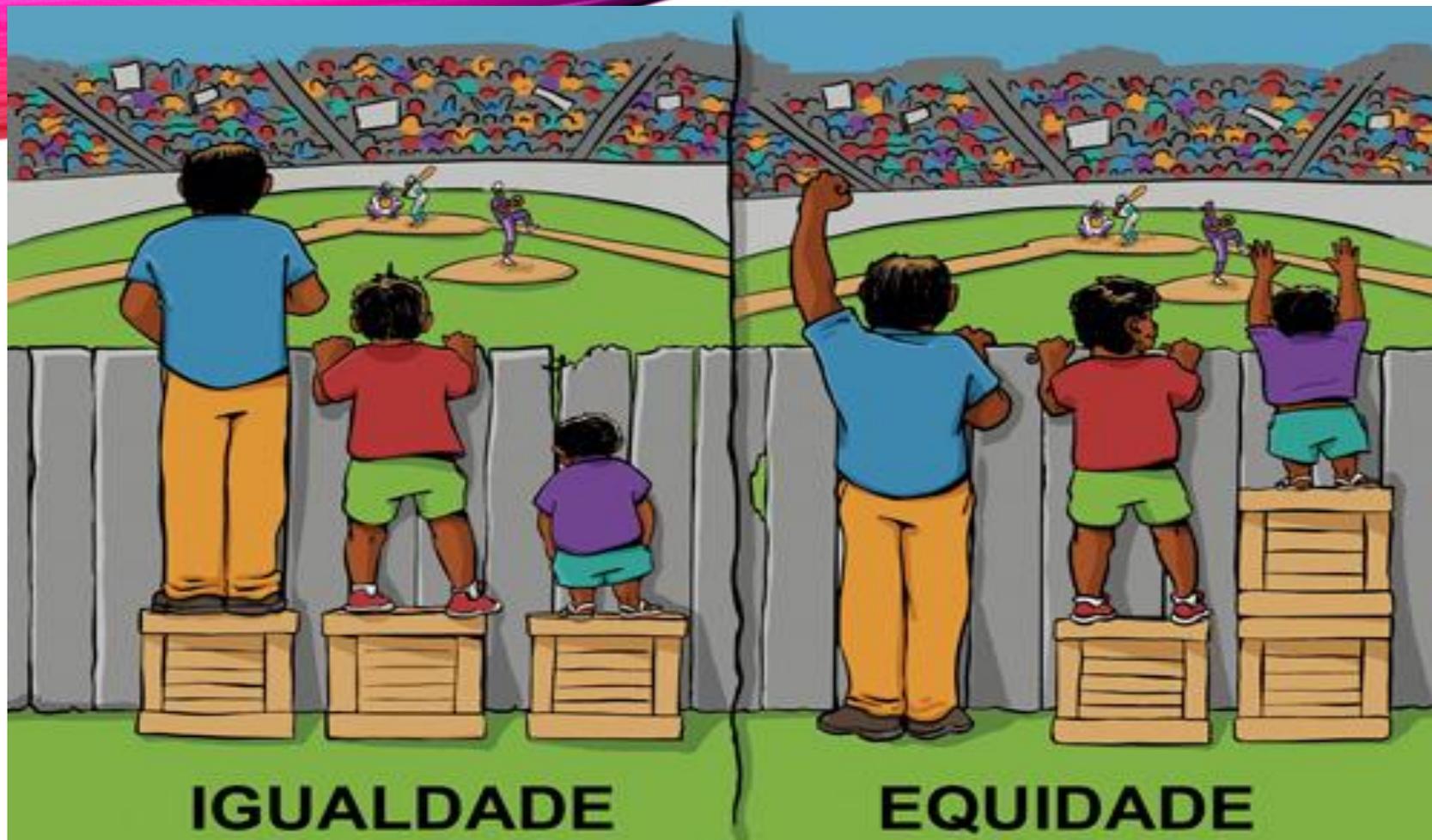
- Quando escolhemos o que entra nos currículos, escolhemos o que sai. Esta decisão é política, não técnica. Entendemos, também, que oferecer os mesmos conteúdos a estudantes/alunos com diferentes experiências sociais e de conhecimento não promoverá a equalização almejada e anunciada pela Base.
- Aristóteles já alertava para a necessidade de tratar igualmente apenas os iguais, tratando desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. Reconhecer a necessidade de oferecer possibilidades DIVERSAS/PLURAIS de proposta e experiência curricular a alunos diferentes/desiguais é necessário para promover a equalização social e a redução das desigualdades.
- Tratar igualmente os desiguais é aprofundar a desigualdade! Oferecer os mesmos conteúdos e materiais a alunos com diferentes experiências, conhecimentos e possibilidades de aprendizagem perpetua as desigualdades entre eles.

# A QUEM ESSA POSTURA PREJUDICA, A QUEM ABANDONA E PORQUÊ?



# A MERITOCRACIA COMO MEIO DE PRODUÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

- Responsabilização das vítimas na produção ativa da exclusão social: a falácia da igualdade de oportunidades nos sistemas unificados de currículo e avaliação.
- A quem interessa essa (des)igualdade???
- **SOBRE MACACOS E PEIXES:** alunos e professores, escolas e gestores e as aprendizagens possíveis.
- Tratar igualmente os desiguais é aprofundar a desigualdade! É inferiorizar alguns perante os outros.



**IGUALDADE**

**EQUIDADE**

**IGUALDADE é dar às pessoas as mesmas oportunidades.**

**EQUIDADE é adaptar as oportunidades deixando-as justas.**

Copyright - IISC Interaction Institute for Social Change | Artist: Angus Maguire.

**IGUALDADE,  
EQUIDADE,  
JUSTIÇA É  
DIFERENÇA**

# PLURALIDADE INDIVIDUAL, CULTURAL E SOCIAL: PRINCÍPIOS

- O reconhecimento da pluralidade exige atuar no entendimento de que ninguém é igual a ninguém nem a nada, e que TODXS merecem respeito ao que são, desejam e pensam. Somos todxs diferentes e iguais.
- Isso significa que o direito à diferença precisa caminhar ao lado da defesa do direito à igualdade na diferença, igualdade em direitos, em reconhecimento, em tratamento digno.
- A inclusão de todxs, de modo respeitoso e saudável, deve ser uma meta das sociedades que se pretendem democráticas. E essa inclusão se faz no cotidiano, nas práticas concretas.

# INJUSTIÇA SOCIAL E COGNITIVA E O COTIDIANO ESCOLAR

- A luta contra a injustiça social pressupõe a luta contra a injustiça cognitiva e o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos e da copresença deles no mundo social.
- A discussão em torno da justiça no campo do cotidiano escolar precisa incluir o reconhecimento dos múltiplos conhecimentos presentes nas escolas, o debate sobre as relações entre eles para a tentativa de superação da injustiça cognitiva.

# MONOCULTURA DO SABER FORMAL E INJUSTIÇA COGNITIVA

- De um lado, o conhecimento científico, de outro, a ausência de conhecimento, redefinido como crenças, opiniões, magia, idolatria: ou seja, produção ativa da inexistência.
- De um lado, a objetividade supostamente presente na democracia formal e nas propostas curriculares, de outro, intuição e subjetividade da vida cotidiana e de seus conhecimentos e formas democráticas de convívio.

# CONSTRUINDO A JUSTIÇA COGNITIVA E A ECOLOGIA DE SABERES

- Reconhecimento dos diferentes conhecimentos e da validade circunstancial que possuem sem hierarquias essencialistas.
- Reconhecimento da interdependência entre os conhecimentos e da necessidade de coordenação entre esses diferentes conhecimentos na solução de problemas.
- Condição da justiça social e da democracia, a justiça cognitiva requer o reconhecimento da legitimidade do outro e de seus conhecimentos.

# IGNORÂNCIA E CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA DE SABERES

- Cada forma de conhecimento se opõe a uma determinada forma de ignorância. Todo conhecimento é conhecimento em relação a uma forma de ignorância e, vice versa, toda ignorância é ignorância em relação a determinado conhecimento. (Santos, 2000, p. 78).
- A construção da ecologia de saberes é, em todas as áreas de prática social (incluindo a educação formal), o caminho privilegiado da busca de justiça cognitiva, da justiça social e da democracia.

# RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA E POLÍTICA DO MUNDO

- O reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo, da existência de uma pluralidade de modos de conhecer implica na renúncia de qualquer epistemologia em geral, assumindo a ecologia de saberes como uma contra-epistemologia que é um conjunto plural e politicamente situado de epistemologias.
- O reconhecimento do “outro como legítimo outro” exige o reconhecimento cotidiano e permanente dos conhecimentos e modos de estar no mundo do outro, do direito democrático do outro de ser o que é e pensar o que pensa.

A DEMOCRACIA É UMA OBRA DE ARTE  
POLÍTICO-COTIDIANA QUE EXIGE ATUAR  
NO SABER QUE NINGUÉM É DONO DA  
VERDADE, E QUE O OUTRO É TÃO  
LEGÍTIMO COMO QUALQUER UM  
(MATURANA, 1999, P. 75)



# ASSUMINDO A PLURALIDADE DO MUNDO, NO COTIDIANO

- Aquilo que compreendemos como certo e errado, bom e ruim, válido e não válido precisa, se acreditamos na democracia e na pluralidade, ser questionado e ampliado, inserido nesse novo referencial, a partir do qual vamos redimensionar nossa luta em defesa da democracia, do direito à igualdade na diferença, pelo reconhecimento da diversidade individual, social e cultural na nossa sociedade.
- Contra as generalizações, as especificidades.
- Contra a verdade única, os pontos de vista.

